



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES RECEBIDO EM:

Palácio 11 de Outubro

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves

25/10/2020

AS 14:36 Horas

Ass: Dani Colli

ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURIDICA
OTJ nº 81/2020

Projeto de Lei nº 66/2020

Processo nº 82/2020

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL

O presente Projeto de Lei, tem por objetivo autorizar o Município de Bento Gonçalves a efetuar a contratação administrativa, temporária e emergencial de 39 (trinta e nove) cargos da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Padrão de vencimento SM3.

Justifica o Executivo Municipal, que a necessidade temporária de excepcional de interesse público para contratação administrativa, temporária e emergencial dos cargos descritos no art. 1º do projeto de lei, se faz necessária a fim de manter o atendimento de saúde prestado à população, em especial para ações de enfrentamento ao Covid-19, principalmente pela temporariedade da pandemia do novo Coronavírus declarada pela Organização Mundial da Saúde.

Aduz ainda, que a pandemia pelo Coronavírus é notória e atinge de forma avassaladora o mundo todo, sendo necessários que a Administração Pública tome medidas urgentes e imediatas para preservar a vida das pessoas. Não há dúvidas, portanto, que o caráter de urgência e emergência estão presentes neste caso, e que o aumento da capacidade instalada de saúde pública, a fim de resguardar a vida das pessoas que possam ser contagiadas pelo vírus.

Ressalta-se que já existe no Município muitos casos confirmados do contágio, que testaram positivo, bem como muitos suspeitos, o que por óbvio, tende a aumentar diante de toda situação de calamidade.

Ainda, a autorização da contratação que por ora está sendo proposta, tem fundamento no art. 233, inciso III, e art. 234, ambos da Lei Complementar Municipal nº 75, de 22 de dezembro de 2004, e suas alterações, sendo que será pelo prazo de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogada por uma vez, por igual período, se necessário.

Também, o Projeto de Lei, ora em análise, consigna que as despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por recursos do orçamento vigente em dotações orçamentárias próprias, tendo inclusive, o Executivo Municipal, apresentado a "**PLANILHA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**", firmado pelo Secretário Municipal de Finanças Adjunto, e pelo respectivo Contador, devidamente habilitado, em cumprimento às determinações do Inciso I, do art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como, da "**DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS**", firmado pelo Senhor Prefeito Municipal, em cumprimento às determinações do Inciso II, do art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

Outrossim, a Proposição ora encaminhada, atende a técnica legislativa e está em conformidade com o art. 108, §1º, inciso III, e art. 109, inciso I, ambos da Resolução nº 225, de 02 de outubro de 2017 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Bento Gonçalves), bem como, atende também, ao disposto no art. 76, da Resolução nº 03, de 03 de abril de 1990 (Lei Orgânica Municipal), podendo, portanto, tramitar e ser apreciada pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Desta feita, considerando os aspectos expendidos, a Orientação Técnico-Jurídica desta Assessoria é **FAVORÁVEL** à sua tramitação.

PALÁCIO 11 DE OUTUBRO, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.


Adv. Dr. Matheus Barbosa - OAB/RS 96.890
Coordenador do Departamento Jurídico